



Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido, António Miguel da Costa Ferreira, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho, Alexandre Miguel Cardoso Teles e Francisco Miguel Guerreiro Cabral.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vítor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Fátima de Jesus Carixas Silveirinha (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins, a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, e os Srs. Vereadores: Pedro Sérgio Fernandes Pina, Fernando Miguel Catarino José, Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz, em substituição de Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, em substituição de Fernando Mimoso Negrão, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 e 2, arquivados em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida Luz, Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Maria Helena Crispim Pratas, Miguel Jorge de Sena Augusto e Marco Filipe Alcaide Barrancos, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 a 8, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Rafaela Isabel Graça Nunes, Elisabete Maria Martins Cavaleiro e Pedro Miguel Pereira Florêncio, conforme documentos registados sob os n.ºs 9 a 12, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel e Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 13 e 14, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição a Presidente da União de Freguesias de Azeitão, Sónia Cristina Pereira Paulo, tendo sido substituída pelo vogal David Geleia, conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Ana Filipa Matos Bonita, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CHEGA, José Carlos da Silva Ferreira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

d) Faltas

Faltou a Sra. Deputada Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes da bancada do PS.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

A - PERIODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Informo que temos duas inscrições e recorro que cada inscrição cabe o tempo de cinco minutos para colocarem as suas questões que depois terão, naturalmente, explicações que houver lugar. Começo pelo primeiro inscrito, o Sr. José Costa (conforme documentos registados sob os n.ºs 16 e 17, arquivados em pasta anexa à presente ata).

José Costa – Estive já algum tempo neste local, hoje voltei para agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal pela simpatia e pela paciência com que me dirigiu as suas palavras nesse período que aqui estive.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, há dias estive aqui e Vossa Excelência foi simpático, não tinha de me dar esclarecimentos ao pormenor do que estava a fazer para resolver o assunto, além do mais o problema está por resolver, não do seu mandato, mas de mandatos anteriores. Mas na verdade, é bom que se revolva o assunto, porque é perigoso circular nas estradas com as passadeiras por pintar.

Gostava de falar sobre outro assunto, a nossa Estrada Nacional 10, a qual se encontra em péssimo estado, excetuando o trabalho que foi feito recentemente, está em péssimo estado de conservação entre Setúbal e o Casal do Marco e vice-versa. Falta refletos em toda a extensão, parte de todo o trajeto tem o asfalto degradado e não tem alcatrão.

Na Aldeia Grande, Palácio da Bacalhoa e vice-versa, há existência de muita manta morta, os detritos das plantas que vão morrendo não são raspados para a berma e a água vai para o centro das faixas de rodagem originando lençóis de água, o que provoca em muito sítios acidentes. O alcatrão está abaulado em alguns sítios, como a descer para a Aldeia Grande e em toda a extensão de sarjetas, valetas e bermas, desde a Aldeia Grande até ao Alto das Necessidades e Quinta do Alclube, em que as viaturas circulam a alta velocidade e outras a marcha lenta originando muitos acidentes.

O que eu quero dizer é que Vila Nogueira de Azeitão, entre a rotunda dos Barris, os Picheleiros e a rotunda da Bacalhoa é necessário limpar com muita frequência o lixo das bermas para evitar mais acidentes.

Junto à rotunda da Bacalhoa está uma tampa metálica abatida e é necessário reparar. Esta tampa metálica esteve aquando da outra intervenção de trabalhos na estrada, esteve muitos anos sem ser colocada no seu sítio, as obras foram feitas recentemente e a tampa metálica ficou pior do que estava aquando das obras que se fizeram.

Em suma, circulando pela Estrada Nacional 10, Setúbal/Casal do Marco e vice-versa, podemos ver logo à saída um buraco no asfalto. Acidentes de trânsito com muita frequência junto ao Hospital da Luz, asfalto degradado, sarjetas entupidas, valetas e bermas poçadas de lixo, originando lençóis de água.

Manta morta junto à faixa de rodagem, restos de vegetação morta e outros detritos. Piso abatido em vários sítios, fiscalização muito frequente dos limites, acidentes rodoviários mortais, também com frequência.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeço a sua gentileza.

Amândio Dias – Tive a informação que o executivo da Câmara passou na reunião de Câmara uma proposta para a cedência, para a exploração do EOPARQUE completa. Acontece que há aqui uma gafe qualquer, porque nós temos um contrato assinado desde agosto de 2021, onde muito do espaço está concessionado a nós, através de um contrato de comodato. Não consigo perceber como é que se consegue fazer isto.

Tivemos várias reuniões com o executivo da Câmara, com o Presidente, com o Sr. Ricardo Oliveira, que era o meu ponto de contacto, e hoje era sempre uma coisa e amanhã era outra, no outro dia era outra, no outro dia era outra e nunca nos deram a possibilidade de começar o nosso contrato. Mais, tiveram o cuidado de entregar à A.B.S. (Associação Baía de Setúbal) o restaurante do Cais da Gávea, que era já protocolado connosco. Já depois disso e sabendo todo o executivo que nós tínhamos um contrato, fizeram como se não soubessem e deram à A.B.S., para que eles pudessem manter.

Aquilo que vos peço é para terem alguma atenção, porque se essa proposta aparecer nós, logicamente, vamos pôr uma providência cautelar e vamos exigir os nossos direitos, acredite que tentámos muitas vezes não chegar a este ponto e fomos sempre enganados pela máquina. Nós temos muitas e muitas gravações, tenho muita coisa, por isso agradecia que tivessem algum cuidado quando fossem discutir essa proposta. A partir de agora todos estão informados que isso existe.

Presidente da Câmara – Começava por agradecer ao senhor José Costa, por ter, mais uma vez, vindo aqui à Assembleia Municipal colocar um conjunto de questões que, naturalmente, nós muito agradecemos.

Algumas das questões são da responsabilidade da Câmara Municipal ou das Juntas de Freguesia, mas a maior parte das questões que aqui colocou são da responsabilidade do IP, pelo menos, uma boa parte.

Mas nem por isso deixa de ser importante o facto de os munícipes virem aqui à Assembleia ou à Câmara Municipal colocar as questões e cabe, naturalmente, à Câmara Municipal dar andamento a esses processos, porque, no fundamental, quando se trata de situações que são da responsabilidade de outras entidades cabe à Câmara Municipal fazer sentir essa responsabilidade a quem a tem.

É isso que nós temos vindo a fazer no que diz respeito, em particular, às estradas que são da responsabilidade do IP. Esperemos que algumas intervenções continuem a ser feitas no sentido de melhorar o piso e as condições de circulação nas estradas nacionais. Relativamente às estradas, da responsabilidade do município, depois deste tempo, naturalmente, que serão iniciadas as limpezas que se justificam nesta altura.

No fundamental dizer obrigado por mais uma vez vir aqui à Assembleia Municipal expressar aquilo que é a avaliação que faz das várias situações.

Relativamente ao senhor Amândio Dias, dizer o seguinte, creio que tivemos uma ou duas reuniões já há algum tempo e o que ficou bem claro, acho eu, é que a Câmara Municipal tinha de desenvolver um processo relativamente à concessão, que fosse um processo que passasse na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal. Portanto, essa é uma responsabilidade que nos cabe, independentemente de outras formas que, no passado foram entendidas de resolver estas questões.

Isso foi transmitido na altura e temos vindo a trabalhar no sentido de que esse processo da concessão seja feito no entendimento no que são as competências dos órgãos autárquicos e no cumprimento da lei, naturalmente.

Já agora dizer que foi à Câmara Municipal e foi aprovada a proposta, veio à Assembleia Municipal, alguns dos senhores deputados municipais colocaram questões e baixou à Comissão respetiva e espero que venha na próxima reunião da Assembleia Municipal.

Naturalmente que os munícipes têm todo o direito de fazer aquilo que muito bem entendem, no âmbito do que considerem ser os seus legítimos direitos e sobre isso não há dúvida nenhuma e também tivemos oportunidade de falar atempadamente relativamente a estas questões. Esta determinação está tomada e o processo está em desenvolvimento e espero, como já disse, que na próxima reunião da Assembleia Municipal estejam criadas as condições para o processo ser desenvolvido e ser feita uma hasta pública ou que seja desenvolvido um processo para a concessão da exploração daquele espaço.

Manuel Fernandes (PS) – Quero agradecer antes de mais às duas intervenções dos dois munícipes, mas gostaria de me referir principalmente a esta última intervenção do senhor munícipe Amândio Dias.

O senhor munícipe trouxe aqui um assunto que, para nós, para já em primeiro lugar, é uma grande surpresa face ao histórico que já temos com este processo. É a segunda vez que este processo, que o contrato de concessão vem à Assembleia Municipal para ser votado, efetivamente é como o Sr. Presidente disse, ele agora está em sede de comissão, onde foram colocadas uma série de questões que até à data ainda não foram respondidas.

Devo dizer que a bancada do Partido Socialista, desde o início, que tem muitas dúvidas relativamente a esta matéria e uma delas prende-se exatamente com o facto de existir ou não incompatibilidades, até mesmo do foro jurídico.

Ora trouxe-nos agora o senhor Amândio Dias um depoimento que ameaça, inclusive, avançar com uma providência cautelar. Senhor Presidente, em primeiro lugar, há aqui questões que se devem já, de antemão, serem clarificadas. Senhor Presidente, por duas vezes que este processo veio à Assembleia Municipal para ser votado e discutido, nunca houve uma palavra de nenhum membro do executivo, muito menos do Sr. Presidente há cerca da existência de um contrato assinado em agosto 2021, foi o que o senhor munícipe aqui disse.

Se há a existência de um contrato para usufruto de instalações dentro do Parque de Campismo do Outão, tem de ser do conhecimento desta casa, Sr. Presidente. Tem de ser do conhecimento desta casa através da sua palavra, da sua mão, da sua intervenção, porque é o Sr. Presidente que é o Presidente da Autarquia.

O Sr. Presidente até à data nunca falou sobre este assunto, e este assunto está a ser mencionado agora pela primeira vez e estamos à beira de votar um documento sem ter nenhuma informação sobre esta questão. Portanto, o Sr. Presidente tem de clarificar aqui, de uma vez por todas, se sabia ou não desta questão.

Já sabemos que sabia, porque o senhor munícipe disse que já teve até, inclusivamente, reuniões consigo sobre esta matéria e se sabia por que razão nunca o mencionou?

E se há o risco de existir uma providência cautelar que impeça este problema, porque razão nunca o disse quando esta situação foi discutida aqui na Assembleia Municipal?

É óbvio que será um dado novo para nós, uma vez mais, termos muita cautela em avançarmos com uma votação final global e que o desfecho seja positivo no sentido de permitir o contrato de concessão, tal qual como ele vem plasmado.

O Sr. Presidente tem muito para clarificar, muito para esclarecer e principalmente para termos o cuidado de aquilo que vamos aqui decidir quando, de novo, esse contrato de concessão vier a esta Assembleia.

Vítor Rosa (BE) – Sobre esta matéria dizer duas coisas, não sei se o Sr. Presidente da Câmara estará nas melhores condições, do ponto de vista da capacidade de informação, para esclarecer hoje a esta Assembleia sobre este ponto. Recordo que esta comissão terá uma reunião na próxima segunda-feira, às 19h00 e, portanto, seria de todo importante que alguém do executivo tivesse presente nessa reunião da Comissão de Finanças na próxima segunda-feira, dia 31.

Em relação ao restante, tem sido claro, nomeadamente da parte do Bloco de Esquerda, o que é que nós pensamos sobre este contrato de concessão que se pretende vir trazer a esta Assembleia.

Rui Lamim (PSD) – Nós, PSD, sempre tivemos dúvidas acerca do processo de exploração deste ECOPARQUE desde o seu início. O que é que nós sabíamos?

Nós perguntamos aqui nesta Assembleia, o que é que se passava quando veio cá há um documento em que iria haver um concurso público para a exploração do mesmo, porque sabíamos que havia uma associação que explorava lá um bar, o restaurante, enfim. Não tinha problema, porque com a associação estava tudo OK, não havia problema nenhum em lançar um concurso público para exploração. Mas o problema não era só no processo, era a forma como estava a ser feito o âmbito e agora, surpreendentemente após esse mesmo documento ter sido retirado por duas vezes de votação, nós quase estávamos prestes, prestes a ter a conclusão de que o problema não está no documento que nos é apresentado aqui nesta Assembleia, nas suas insuficiências, está mesmo no processo total de gestão deste mesmo ECOPARQUE.

Começou, pelos vistos, com um contrato de comodato, que é novidade para nós, e vamos estar muito atentos a este assunto, que, pelos vistos, não foi exercido. Existe, talvez, agora uma tentativa para levar toda esta situação, que é uma grandíssima embrulhada, existe uma associação numa instalação municipal que deveria ser gerida de uma forma adequada e isto é incapacidade de gestão.

Na segunda-feira, na Comissão de Economia, Administração e Finanças, esperemos que haja o detalhe e hoje também, porque não ficámos de todo esclarecidos com a informação que o Sr. Presidente aqui nos deu acerca de como politicamente vai gerir o lançamento de um concurso público para uma instalação municipal, existindo um contrato prévio, que não sei se está a ser exercido, e uma associação. Portanto, há demasiados intervenientes que agora deram secretos ou discretos, que têm de vir a terreiro para que nós percebamos o que é que estamos aqui a fazer, porque assim, meus caros, não vamos a lado nenhum.

Presidente da Mesa – Pedia que houvesse uma exposição, até porque o tema está em apreciação e em análise na Comissão de Finanças, está pendente de apreciação na Assembleia, está-se a recolher informações e, portanto, há ainda tempo para discutir toda a matéria respeitante a este caso.

Pedia-vos que sinteticamente colocassem as vossas questões sobre a intervenção do município, o que se trata agora aqui é de responder a um município e, portanto, nessa matéria pedia-vos que fossem concisos tanto quanto possível.

Afonso Luz (CDU) – Só para prestar aqui um esclarecimento enquanto coordenador da Comissão de Economia, Administração e Finanças, porque nós tivemos uma reunião da Comissão no passado dia 25, reunião que se destinava a apreciar as propostas que vêm hoje aqui a esta sessão da Assembleia e onde foi colocada a questão de como fazer relativamente à apreciação da proposta sobre a qual tínhamos de também de emitir parecer sobre a concessão do Parque de Campismo.

O que ficou acordado foi que até ao final do dia seguinte, dia 26, todas as forças políticas, ali representadas, me fizessem chegar por e-mail as questões que queriam ver esclarecidas. Acontece que só hoje é que recebi um pedido de esclarecimento por parte do Partido Socialista, não recebi rigorosamente mais nada.

Entretanto, temos reunião para a próxima segunda-feira, onde penso que iremos estar em condições de emitir um parecer sobre esta matéria, porque certamente tudo o que houver para esclarecer, será esclarecido na altura, mas aquilo que se pretendia era que antecipadamente as questões que houvesse fossem colocadas para que também do lado dos técnicos que terão que responder, pudessem ter tempo para preparar as respostas.

Aliás, o técnico que estava presente, o Dr. Ricardo Medeiros, comprometeu-se até, se esses pedidos de esclarecimentos fossem entregues até ao final do dia 26, de ainda hoje entregar aqui nesta Assembleia as respostas aos esclarecimentos solicitados, por forma a que também na reunião de segunda-feira estivéssemos todos capacitados para o devido esclarecimento.

Flávio Lança (IL) – Relativamente a este assunto colocado aqui pelo munícipe Amândio Dias, eu gostava de colocar aqui a questão direta e simples ao senhor Presidente da Câmara.

Se reconhece este contrato que foi referido como válido, e porque é que nunca falou deste contrato aqui na Assembleia?

Luís Maurício (CH) – É com o devido respeito e com o dever cívico, que venho solicitar esclarecimentos formais do contrato celebrado e assinado pela Ex-Presidente Dores Meira, cuja existência não é do conhecimento desta Assembleia.

Considerando os princípios da transparência e da legalidade que devem reger os atos da discussão pública, eu pergunto: Por que motivo o contrato não foi devidamente comunicado a esta Assembleia, conforme os normativos em vigor? Qual o conteúdo integral e referido no contrato, incluindo cláusulas, contrapartidas e prazos? Existe a aprovação prévia pelos Órgãos competentes, ou trata-se de um ato unilateral sem o devido enquadramento legal?

Entendemos que a publicidade e o escrutínio de tais documentos são essenciais para garantir a legitimidade dos atos praticados em nome do interesse coletivo. Assim, solicitamos uma diligência urgente e que sejam prestados todos os esclarecimentos acompanhados da respetiva documentação comprovativa.

Aguardamos uma resposta célere e fundamentada, reafirmando a prestação de contas perante os representantes do povo e sociedade em geral.

Manuel Fernandes (PS) – Quero solicitar à Mesa, que uma vez que se deu conhecimento do contrato, que esse contrato fosse exibido para todas as bancadas, obviamente, que hoje não estão preparados para esse efeito, a Comissão irá ter reunião na próxima segunda-feira, como disse o Sr. Coordenador, era de bom tom que esse contrato fosse objeto também de discussão e de conhecimento de todas as bancadas.

Portanto, era uma solicitação que eu fazia à Mesa, que esse contrato fosse de conhecimento de todas as bancadas, até segunda-feira.

Presidente da Mesa – O senhor Presidente falará agora, mas o senhor Presidente é neste mandato Presidente da Câmara, no mandato anterior foi Presidente da Assembleia.

Eu estive como Vereador na Câmara no mandato anterior e posso adiantar o testemunho, à Câmara nunca veio um contrato assinado fosse por quem fosse, se, como agora é referido na última intervenção, houve um contrato assinado pela Ex-Presidente, só ela poderá responder por isso, à Câmara não veio!

O senhor Presidente saberá, à Assembleia também não veio!

Portanto, estes foram os factos do mandato anterior, esta questão colocada é uma surpresa completa, está-se a procurar esclarecer um procedimento, coisa diversa é um compromisso prévio que é agora suscitado, que era desconhecido dos Órgãos Municipais.

Presidente da Câmara – Senhor Presidente, queria dizer que os senhores deputados fizeram as intervenções que entenderam, eu queria que ficasse bem claro, o que a Câmara Municipal está a fazer é cumprir aquilo que lhe compete, que é a legislação relativamente a uma matéria que no nosso entendimento, foi isso que eu disse na última Assembleia, que no nosso entendimento deve ter um procedimento desta natureza, e já agora dizer que não houve mais nenhuma discussão sobre este assunto.

O senhor deputado Manuel Fernandes, diz que já é a segunda vez que vem...

Senhor deputado, a proposta já veio uma outra vez, não sei se foi esta, muito sinceramente, ou que alterações é que teve para a nova, já veio na ordem de trabalhos, mas nunca foi discutido, foi retirada a proposta, e, portanto, nunca foi discutida.

Senhores deputados, eu peço é que nas vossas intervenções, independentemente, das opiniões que cada um tem, que sejam claros e que não digam coisas que ficam no ar e que parece que estamos aqui a criar problemas onde eles não existem, pelo menos no que diz respeito àquilo que é a minha responsabilidade enquanto Presidente da Câmara Municipal.

Aquilo que foi feito e aquilo que foi transmitido ao senhor Amândio Dias, a seu tempo, foi aquilo que tinha sido um acordo, que do nosso ponto de vista não correspondia às exigências e por isso o desencadear deste processo tal como ele foi agora feito.

Na última reunião da Assembleia, a questão que se colocou foi de que alguns dos senhores deputados colocaram questões, e que não tinha havido informação suficiente e que se propunha a retirada da proposta, e depois que se veio a concluir.

Eu disse o que achava sobre a importância de dar seguimento a este processo e as razões por que achava que este processo deveria avançar.

A questão que eu coloquei e, naturalmente que as dúvidas que foram levantadas são legítimas e faziam todo o sentido, porque até eu, não estava na posse de toda a informação no momento para termos um debate alargado sobre o assunto, o que eu perguntei foi se na Comissão não tinham sido esclarecidas as questões, se os senhores deputados não tinham colocado as questões na Comissão, e se não tinha havido respostas, e o que o senhor Coordenador da Comissão disse foi que o técnico ou os técnicos que estavam na reunião não se sentiam abalizados para poder dar mais informações das que deram, nessa altura, eu não tinha mais nada a fazer do que estar de acordo com a proposta que foi feita, que foi da proposta baixar à Comissão, isto é tão simples e transparente como isso. Relativamente ao resto, naturalmente que o que eu espero é que na Comissão que está marcada possam colocar todas as questões, e serem prestadas todas as informações, e a partir daí, naturalmente que a Assembleia é soberana, e é só isto, eu acho que a transparência e o rigor das coisas acho que é fundamental que seja feito e garantido.

B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 10/2025/AM – Deliberação CM n.º 115/2025 – Designação dos júris de seis procedimentos concursais de recrutamento para provimento de 6 cargos de direção intermédia de 3.º grau do Mapa de Pessoal dos SMS

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

António Costa Ferreira (PSD) – Pretendia que fosse esclarecido o seguinte, este concurso de chefias abrange todos os Serviços Municipalizados de Setúbal, ou não?

Quando se referem a Chefe de Serviço de Gestão de Redes de Drenagem, é drenagem do global ou à especialização de águas residuais domésticas e águas residuais pluviais, ou há outro Departamento?

Quanto à gestão oficial, não vejo chefia nenhuma para esse fim, assim como para o aprovisionamento e armazéns, portanto, gostava de ser esclarecido se este bloco contempla toda a hierarquia orgânica dos Serviços Municipalizados, e se estas áreas que invoquei foram contempladas, ou ainda não foram contempladas.

Presidente da Câmara – Uma anterior proposta já tinha vindo à Câmara e à Assembleia para a constituição destes serviços e agora o que vem é a nomeação, digamos assim, a abertura do procedimento para o preenchimento dos lugares dos responsáveis dos serviços que anteriormente tinha sido aprovado na Câmara e na Assembleia Municipal.

António Costa Ferreira (PSD) – Gostaríamos que o júri não fosse feito só com a “prata da casa”, que recorressem a pessoas fora, digamos, do edifício municipal para aumentar a credibilidade do júri, porque o chefe está presente em todos e isto não abona nada em termos de transparência.

Presidente da Câmara – O júri é constituído por dois responsáveis dos Serviços Municipalizados e um responsável pelos Recursos Humanos da Câmara Municipal. Nestas funções, a informação que eu tenho é que não é necessário recorrer a júris externos, como acontece normalmente com os dirigentes de um nível superior.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 26 votos a favor, 16 da CDU, 9 do PS e 1 do PAN, e 9 abstenções, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

2. Deliberação n.º 11/2025/AM – Deliberação CM n.º 161/2025 – Constituição da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal – CIM - Península de Setúbal e Aprovação do Acordo Constitutivo com respetivo anexo, Estatutos da CIM

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Paulo Lopes (PS) – A Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal, a nova CIM, nasce por uma vontade agregadora de vários setores da sociedade civil, dos partidos políticos e por decisão do então Governo do Partido Socialista, liderado por António Costa.

Uma decisão que irá permitir dotar a Península de Setúbal, com maior capacidade de discutir diretamente fundos comunitários para a região, em vez de estar englobado numa NUT, que abrange toda a Área Metropolitana de Lisboa, que limita o acesso e a comparticipação a esses mesmos fundos por parte dos Concelhos da Península de Setúbal.

Com esta histórica decisão acreditamos que será possível acelerar a convergência deste nosso território com a média da União Europeia, dotando a Península com maior capacidade financeira, para alavancar e desenvolver projetos com financiamentos a 80%, em vez dos atuais 40.

Esta será sem dúvida uma decisão que esta Assembleia irá tomar e que marcará indelevelmente as próximas décadas para as atuais e futuras gerações.

A bancada do Partido Socialista, tem um orgulho imenso em votar favoravelmente uma proposta, para a qual contribuiu de forma ativa e que irá devolver a todos aqueles que contribuem para o desenvolvimento de Setúbal, meios que foram retirados, por decisão do então Governo de 2013 do PSD/CDS, ao integrarem-nos nas NUTS II e NUT III da Área Metropolitana de Lisboa, condicionando os apoios comunitários disponíveis, uma vez que os Municípios da margem do Norte do Tejo, possuem um rendimento per capita acima da média europeia.

Com um rendimento muito inferior a Península de Setúbal, tem sido bastante penalizada ao longo dos últimos anos por essa errada decisão.

Com esta decisão é reposta a justiça no acesso aos fundos comunitários, a Comunidade Intermunicipal, terá assim um papel dinamizador, reforçando a coesão nacional, promovendo a solidariedade inter-regional no quadro de políticas de desenvolvimento em áreas como o desenvolvimento económico e sociocultural, a segurança e a proteção civil, o ordenamento do Território, a conservação da Natureza, a sustentabilidade ambiental e a otimização dos recursos naturais, a inovação, a mobilidade e os transportes, as redes de equipamentos públicos, desportivos, sociais, culturais, educativos, entre muitos, muitos outros.

Deste modo, saudamos todos aqueles que tornaram possível esta nova realidade, as instituições e associações empresariais, todos os autarcas, os deputados e os governantes que trabalharam em conjunto para a concretização deste desígnio.

Vítor Rosa (BE) – Esta é mais uma etapa do processo que virá num futuro próximo alavancar mais valias para o nosso território, mais um passo para a concretização da implementação da NUT, que permite o acesso a mais candidaturas, que venham a protagonizar mais investimentos na procura de maior sustentabilidade económica, social e ambiental, em particular no concelho de Setúbal, e em geral, nos nove concelhos desta nova Comunidade Intermunicipal.

Sabemos da sede de protagonismo político por alguns partidos que estão à frente das Câmaras destes concelhos, e daí, estas duas velocidades com que este processo tem vindo a acontecer, recorro que já foi aprovado estas deliberações em outros concelhos, e só agora chega aqui esta decisão a Setúbal.

Este é um mecanismo, criação da CIM, com a qual estamos de acordo e que votamos favoravelmente esta deliberação, mas deixamos a nota que este projeto traga sim mais-valia para as populações destes concelhos e que não se deixe enredar em meras disputas políticas, que possam atrasar, após a sua criação final e com a sua concretização traga benefícios claros para as populações, e que a CIM, também sirva, de interlocutor de peso junto do poder central, na defesa das melhores decisões para os concelhos abrangidos com esta nova entidade.

Flávio lança (IL) – A criação da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal é apresentada como uma oportunidade histórica para reforçar a coesão regional, e garantir um acesso mais justo e direto a fundos europeus.

No papel, a ideia tem mérito e merece reflexão séria, no entanto, a proposta que hoje nos é submetida, carece ainda de elementos essenciais que reforcem a sua credibilidade e eficácia. Em primeiro lugar, não é apresentada uma estimativa concreta de custos, nem uma análise de impacto financeiro para os Municípios envolvidos. A criação de uma estrutura administrativa com cargos remunerados exige este tipo de informação para ser avaliada com responsabilidade.

Em segundo lugar, os estatutos não apresentam metas concretas, indicadores de desempenho, nem um plano de ação quantificável, além disso, os critérios de nomeação para o secretário executivo e a sua remuneração, também não estão suficientemente clarificados, o que poderia reforçar a transparência e a confiança no modelo. Desenvolvimento regional exige estrutura, mas também exige clareza, metas e responsabilização.

A Iniciativa Liberal, acredita na cooperação intermunicipal como caminho para o progresso regional, mas considera que esta proposta, tal como está, não segura plenamente, as garantias de boa governação, controlo orçamental e avaliação de resultados.

Por isso, a Iniciativa Liberal, opta por uma abstenção, não rejeitamos a ideia de uma Comunidade Intermunicipal para a Península de Setúbal, mas entendemos que ainda é necessário reforçar este modelo com maior rigor, clareza, compromisso com os resultados.

Presidente da Mesa – O funcionamento, as determinações de remunerações nestes órgãos, normalmente não é autodeterminada, tem regras legais. Está tudo previsto, não é autodeterminada, há as regras legais que são comuns a todos os organismos desta natureza.

Rui Lamim (PSD) – Nós vamos naturalmente votar a favor da criação desta Comunidade Intermunicipal, chamada de Península de Setúbal, com estes nove concelhos desta mesma península de Setúbal, naquilo que é um bocadinho ao contrário do que está aqui escrito, a tentativa não, a melhoria das perspetivas de atribuição de fundos nacionais, porque desde 2012, a questão da divisão do território foi a que foi, e nós como muitos outros também andámos a lutar para que houvesse uma outra divisão do território, esta questão que todo o mundo chama de NUT III, para que pudéssemos ter uma melhoria no acesso aos fundos comunitários, e, apesar de muitos terem dito e atribuído uma certa malvadeza ao PSD, fiquem portanto conscientes que é com o PSD, que esta NUT III e esta melhoria é efetivamente conseguida, enfim, é uma questão de há uns que falam e outros que fazem.

Portanto, nós somos claramente a favor da criação desta Comunidade Intermunicipal com estes nove concelhos da Península de Setúbal e que haja a capacidade de captar os fundos comunitários necessários, para promover o bem-estar das populações, porque a intenção é essa, promover o bem-estar e o progresso das populações.

Presidente da Mesa – Há coisas que não deviam ficar sem resposta senhores deputados, mas se não há mais intervenções, vamos votar a deliberação.

Paulo Lopes (PS) – O Senhor Presidente, está muito interventivo hoje, pode sempre participar.

Presidente da Mesa – Não quero participar “tão” abertamente na discussão, tenho que arbitrar...

Paulo Lopes (PS) – Então, mas dê-me a palavra que eu digo, Sr. Presidente!

Presidente da Mesa – Tem a palavra Sr. Deputado, faça favor!

Paulo Lopes (PS) – Senhor Presidente, muito obrigada, já que fui tão empurrado para dar uma resposta ao deputado municipal Rui Lamim, porque quando ele falou aqui em atos de malvadez, parece que o malvado sou eu, o malvado foi quem se absteve nesta proposta na Assembleia da República, acho que aí é que deviam fazer esse ato de contrição, não é vir para aqui falar de coisas e que tem que ser, deve ser.

O PSD absteve-se nesta proposta na Assembleia da República, que é uma proposta que todos reconhecem fundamental, para o progresso da Península de Setúbal, é só isto que eu acho que o senhor Presidente queria dizer.

Presidente da Mesa – Queria dizer mais uma coisa, é que é preciso ir à autoria do ato, que é um Diploma de 2013 assinado por um determinado primeiro-ministro, que retirou a Península de Setúbal, como NUT III, o ato está aí, agora não podemos é virar a história ao contrário...

Rui Lamim (PSD) – Não estamos a revirar a história, só estamos a referir que o Governo que concretiza, isto é, o do PSD, já viu!

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do CH.

Não havendo mais intervenções foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e uma abstenção da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

3. Deliberação n.º 12/2025/AM – Deliberação CM n.º 162/2025 – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 2.ª ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades Municipal e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, do PPD/PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Mário Aranha (PS) – Relativamente a estes temas, destas alterações orçamentais que têm sido apresentadas aqui na Assembleia, nós Partido Socialista de Setúbal, temos tido uma posição coerente, que tem a ver com a viabilização através da abstenção.

Naturalmente que, os projetos pelos quais são necessárias fazer estas alterações ao orçamento, em termos individuais, penso que nós votaremos a favor, porque nós somos o Partido Socialista de Setúbal, que é o Partido do desenvolvimento e do investimento público, obviamente que, em termos mais abstratos, talvez a Iniciativa Liberal e o CHEGA, como tem ódio ao investimento público, não sabemos qual é que será a posição deles na votação, tanto nestas alterações, como aos projetos individualmente.

Relativamente ao PSD Nacional, também sabemos que não é o maior adepto do investimento público, tanto que agora saíram os últimos números e o investimento público caiu cerca de 11% face a 2023, estamos a falar de menos mil e cem milhões de euros, face ao que foi executado em 2023, portanto, também será aqui uma boa ou má surpresa, a posição do PSD local de Setúbal.

Relativamente a esta alteração, o que nós temos a referir, é o seguinte, tem estes projetos com os quais nós concordamos, mas tem muita coisa com a qual nós não concordamos e é incompleto, logo na base, porque é um orçamento que não serve o nosso concelho, por isso, nós votámos contra este orçamento, porque é um orçamento que não tem a construção de nova habitação a custos controlados ou habitação social, porque não é um orçamento que promove a digitalização do concelho e da Câmara Municipal.

Mesmo estas alterações que estão a ser feitas, não vão promover a criação ou a promoção de um emprego qualificado, ou a atração de investimento privado, e não tem um combate às alterações climáticas de uma forma firme e coerente. Para além disso, também temos aqui alguns pontos a assinalar que nos causam bastante preocupação, primeiro tem a ver com a verdadeira trapalhada no qual se transformou o arrelvamento do Campo Júlio Tavares, conhecido vulgarmente pelo Campo do Praiense, já foi apresentado na Assembleia, já saiu, já entrou, houve alterações do orçamento em que estavam apenas previstos cerca de quinhentos euros, agora pelos vistos, com esta nova alteração já vai ser incluído outra vez, portanto, isto demonstra como são geridos estes assuntos e o que é certo é que os meses vão passando, e continua aquele Campo a estar praticamente abandonado.

Mais uma vez nestas alterações, verificamos que o PRR de Setúbal, esqueceu-se da Freguesia de Azeitão, esqueceu-se da Freguesia de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra, e continuam aqueles péssimos hábitos, os quais nós temos vindo a denunciar como, por exemplo, despesas muito estranhas e mal classificadas, podemos referir, por exemplo, na página três do documento, em que nos aparece numa singela linha com o nome "*outras funções diversas não especificadas*", cerca de dois milhões e duzentos mil euros que ninguém sabe para o que é que vão servir.



Também de referir aqui um ponto que nós achamos bastante interessante, e fazendo também aqui um pequeno parêntesis, quando havia a concessão a privados, da Águas do Sado, a Câmara recebeu mais de doze milhões de euros em dinheiro, portanto, "*cash*", da parte da Águas do Sado, e nós perguntamos o que é que foi feito a esses doze milhões de euros, até porque parece que esses maus hábitos continuam, porquê, porque nesta alteração ao orçamento está previsto que os Serviços Municipalizados entreguem um milhão e oitocentos mil euros à Câmara em termos de receita, e nós perguntamos, esse um milhão e oitocentos mil euros para que é que vão servir, vão servir para o costumeiro esbanjamento e despesismo da CDU, ou, se não deveriam ser aplicados, por exemplo, para melhorar e implementar a sério a recolha de biorresíduos no nosso concelho.

lendo em conta os aspetos positivos que obviamente reconhecemos, mas também os muitos aspetos negativos desta proposta, nós vamos nos abster.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal não é contra o investimento público, é contra o mau investimento público, é um bocadinho diferente, o investimento deve ter critérios de eficiência, avaliação de impactos e transparência, portanto, só para ficar aqui claro.

A Iniciativa Liberal, relativamente a esta proposta reconhece que a execução orçamental exige flexibilidade, capacidade de adaptação, especialmente quando envolvem fundos com regras próprias.

No entanto, uma gestão orçamental eficaz deve ser guiada por uma visão estratégica clara com prioridades bem definidas e objetivos mensuráveis, e nesta proposta sentimos falta de três elementos fundamentais, uma apresentação consolidada do impacto global das alterações no orçamento em vigor, uma articulação clara com metas concretas para o concelho, que permitam aos munícipes compreender o rumo seguido, e um relatório de execução ou balanço da aplicação anterior dos recursos, que permita avaliar a coerência dos reforços agora propostos.



Orçamentar não é apenas distribuir verbas, é definir um caminho claro e prestar contas sobre os resultados, e por isso, a Iniciativa Liberal, se calhar, para surpresa, irá abster-se nesta proposta, não por oposição à mobilização de recursos, mas porque entendemos que alterações orçamentais devem estar sustentadas numa lógica de planeamento, transparência e responsabilização, princípios essenciais para uma gestão pública credível e eficiente.

António Costa Ferreira (PSD) – Um pedido de esclarecimento sobre a criação da rubrica nas receitas “Participações nos lucros de Administrações Públicas - Serviços Municipalizados”, gostava de ver esclarecido o porquê da necessidade da criação desta rubrica.

Presidente da Câmara – Os Serviços Municipalizados no enquadramento legal que têm os resultados são para ser transferidos para a Câmara Municipal, ao contrário se os Serviços Municipalizados na sua atividade tiverem défice é a Câmara Municipal que suporta esse défice, é o quadro da Lei no conhecimento que eu tenho. Justificava-se por isso mesmo, que se abrisse esta rubrica no sentido de garantir que essa transferência possa ser feita exatamente nesta rubrica que agora é criada no orçamento.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU e 18 abstenções, 8 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

4. Deliberação n.º 13/2025/AM – Deliberação CM n.º 163/2025 – 3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2024

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PS e do PAN e as abstenções do PPD/PSD, do CH e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e um do CH.

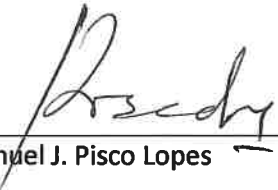
Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 26 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS e 1 do PAN, e 9 abstenções, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte horas e doze minutos do dia 28 de março, de dois mil e vinte e cinco.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e cinco, contém treze folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Eusébio Manuel Candeias

*Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.
Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.*